OS SERVIÇOS PRESTADOS POR ENTIDADES DO MOVIMENTO SOCIAL NO RECIFE – PE: *O CASO DOS BAIRROS DE TORRÕES E DE ENGENHO DO MEIO*

LOS SERVICIOS PRESTADOS POR LAS ENTIDADES DEL MOVIMIENTO SOCIAL EN RECIFE - PE: EL CASO DE LOS BARRIOS DE TERRONES Y EL INGENIO DE LOS MEDIOS

Heverton Ralph Arcanjo Batista da SILVA[1]

Júlia Baptista Piancastelli de SIQUEIRA[2]

Elton Pereira da SILVA[3]

Gustavo ANTÔNIO[4]

Paulo RICARDO[5]

RESUMO

Propondo estudar os serviços prestados por entidades dos movimentos sociais no Recife, o artigo busca demonstrar, através do caso dos bairros de Torrões e de Engenho do Meio, a importância da organização popular para o auto-suprimento de serviços essenciais para sua sobrevivência, uma vez que o Estado, principal responsável por essa tarefa, tem se abstido de tal responsabilidade. Dessa forma, num contexto geográfico de segregação espacial, em que a sociedade urbana encontra-se em constante conflito entre as forças dominantes e as dominadas discute-se, ao longo do trabalho, o papel vital desempenhado pelos movimentos sociais para a sobrevivência das camadas mais pobres da população, como também, para sua inclusão social e a garantia de sua cidadania. Assim, após realizar um breve histórico da participação popular no Recife e efetuar um levantamento tipológico das principais entidades sociais nestes bairros, o trabalho chega à conclusão de que a pesquisa não se encerra em si mesma, abrindo um espaço fértil para futuros debates sobre o papel dos movimentos populares e seu caráter reivindicatório junto ao poder público.

Palavras-chave: Geografia dos Serviços; Movimentos Sociais; Espaços Urbanos; Torrões; Engenho do Meio.

RESUMEN

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). E-mail: heverton_arcanjo@yahoo.com.br.

[2] Geógrafa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[3] Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE).

[4] Geógrafo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

[5] Geógrafo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Proponer a estudiar los servicios prestados por las entidades de los movimientos sociales en Recife, el artículo pretende demostrar, a través del caso de los Barrios Terrones y Ingenio de los Medios, la importancia de las organizaciones de base para la auto-suministro de servicios esenciales para su supervivencia, ya que el Estado, los principales responsables de esta tarea, se ha abstenido de dicha responsabilidad. Así, en un contexto geográfico de la segregación espacial en la sociedad urbana que se encuentra en constante conflicto entre la dominante y las fuerzas dominadas se discute, todo el papel, el papel vital que desempeñan los movimientos sociales para la supervivencia de las capas pobres de la población, sino también para la inclusión social y la garantía de su ciudadanía. Así que, después de hacer una breve historia de la participación popular en Recife y hacer un estudio de las principales entidades sociales tipológicas de estos barrios, el trabajo llega a la conclusión de que la investigación no es un fin en sí mismo, abriendo un terreno fértil para futuros debates sobre el papel movimientos populares y el carácter de las reclamaciones con el gobierno.

Palabras Clave: Geografía de los Servicios; Movimientos Sociales; Espacios Urbanos; Terrones; Ingenio de los Medios.

1- INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da urbanização, as atividades relacionadas ao setor terciário sempre estiveram presentes nas economias urbanas, advindas da necessidade de suprir as demandas criadas em função da própria dinâmica da vida social. Desse modo, os serviços nos núcleos urbanos adquiriram uma importância muito grande para a economia mundial, sobretudo a partir do século XX, por terem se tornado a força motriz do sistema capitalista de produção.

No mundo onde as atividades geradoras de emprego e renda estão a cada dia liberando mais mão-de-obra, em função da constante otimização dos meios de produção, com a utilização de tecnologias no processo produtivo, existe uma população sedenta por serviços sociais, buscando se inserir na sociedade em que vivem. O setor de serviços coloca-se como uma alternativa para absorver toda essa demanda. Por isso, eis a importância de estudá-lo, visto que se tornou o setor econômico mais desenvolvido na maioria dos países do mundo.

No caso de Recife, que é uma cidade que historicamente tem os serviços como a principal atividade geradora de emprego, renda e como alternativa para a inclusão social da população mais pobre, a importância do estudo é ainda mais explicada. Sobretudo quando essa inclusão é, principalmente, realizada pelos movimentos sociais ou ONGs.

Portanto, este é o tema o qual nos propomos a estudar: os serviços prestados por entidades do movimento no Recife, a partir de uma análise específica da "microrregião 4.2", definida pelo Atlas de Desenvolvimento do Recife, a qual está inserida na "Região Político-Administrativa 4" e compreende

os bairros de Torrões e de Engenho do Meio. O intuito é mostrar a organização da população se auto-provindo de serviços que são essenciais para sua sobrevivência, uma vez que supõe-se que o Estado, principal responsável por essa tarefa, tenha se abstido de tal responsabilidade.

2 – OBJETIVOS

2.1 – Objetivo geral

Analisar os serviços ofertados por entidades do movimento social no Recife, dando ênfase à microrregião 4.2.

2.2 – Objetivos específicos

- Compreender como se dá a organização da população frente à necessidade de obter serviços não ofertados plenamente pelo poder público.
- Fazer um levantamento das entidades do movimento social no Município do Recife como um todo e sua espacialização em relação às Regiões Político-Administrativas (RPAs).
- Analisar os serviços prestados pelas mesmas, tanto numa visão de tipologia como numa visão crítica do que estes significam para a comunidade, e avaliar sua espacialização.
- Entender até que ponto os processos dominantes dos sistemas de objetos afetam a dinâmica dos sistemas localizados, horizontalidades e verticalidades.

3 – JUSTIFICATIVA

A sociedade em que vivemos encontra-se em constante conflito entre as forças dominantes e as dominadas. Assim, o papel desempenhado pelos movimentos sociais é de vital importância para a sobrevivência das camadas mais pobres da população e sua inclusão para a obtenção de bens e serviços que garantam a cidadania. Devido a esse fato, nos incubemos da tarefa de pesquisar o papel dos movimentos sociais, no âmbito das suas entidades representativas, em relação à prestação destes serviços. Assim, é cada vez maior a necessidade das pessoas se organizarem quanto à reivindicação por serviços que lhe são de direito.

Como recorte geográfico, escolhemos especificamente o caso da microrregião 4.2, que compreende os bairros dos Torrões e do Engenho do Meio, em função da facilidade de obtenção de dados relativos a tais bairros, e pela menor quantidade de entidades ali existentes, vista a

complexidade de se trabalhar no município como um todo, e a dificuldade que teríamos em levantar dados relativos a outras microrregiões do Recife.

4 – METODOLOGIA

A metodologia do projeto de pesquisa se inicia com revisão de bibliografia relacionada ao tema, tanto no que tange ao setor de serviços quanto aos movimentos populares, através de textos trabalhados em sala de aula, e outros.

O levantamento quantitativo e qualitativo das entidades do movimento social na cidade do Recife é feito através de fontes da Prefeitura do Recife – Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental – Coordenadoria de Orçamento Participativo e Participação Popular e, especificamente na microrregião 4.2, com listagem cedida pela Secretaria de Assistência Social – Conselho Municipal de Assistência Social. Após a análise dos dados, é feita a espacialização das entidades no município como um todo, por RPA.

Após selecionar as entidades existentes no bairro dos Torrões e Engenho do Meio, são realizadas visitas de campo buscando o entendimento dos serviços ofertados pelas associações. A espacialização de tais serviços se dá através de bases de imagens de satélite provenientes do Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife.

Por fim, têm-se a análise dos resultados e discussão aprofundada a cerca dos seus significados.

5 – A TIPOLOGIA DE SERVIÇOS PRESTADOS POR ENTIDADES DO MOVIMENTO SOCIAL

A tipologia dos serviços pode ser analisada sob o critério das mais diversas e personificadas classificações. Contudo, entre tantas opções existentes, foi possível, para fins de melhor entendimento e adequação, utilizar neste trabalho a reflexão da natureza dos serviços, a qual procura identificar quais os interesses de grupos, bem como a reflexão da ordem dos setores da sociedade, que procura delimitar qual o grupo social que se deve referir.

No que se refere à natureza filosófica dos serviços, prestados pelas entidades do movimento social, Castilho (1998) os classifica como sendo: *Serviços de Interesses Sociais Geridos para Fins Coletivos*, em detrimento dos serviços de interesses econômicos, ou mesmo, da classe de serviços de interesses sociais, porém de cunho particular, pois, em virtude de seus objetivos, os serviços sociais

podem ser exercidos tanto para fins privados quanto públicos, dependendo dos interesses envolvidos e então adotados.

Os serviços sociais coletivos envolvem, dessa forma, vários outros tipos de serviços. São eles: serviços básicos de saúde, serviços de formação profissionalizante e escolar, serviços de atividades esportivas, culturais e recreativas. Entretanto, ao analisar mais de perto a natureza de uma entidade social, é comum verificar que internamente possam existir casos de explicitas controvérsias. Muitas das associações que, por exemplo, se declaram detentoras de interesses sociais, e mesmo as que possuem traçados históricos com esta finalidade, terminam determinando um papel meramente assistencialista.

Na prática, por motivos afins, tais como a falta de maiores investimentos públicos e da presença de recursos coletivos escassos, muitas destas associações, quando não relutam em sobreviver, concorrem inevitavelmente para a manutenção da ordem vigente. Assim, prestam serviços e adotam medidas paliativas que não buscam essencialmente a formação crítica do indivíduo, nem tampouco a transformação social da população.

As entidades do movimento social correspondem a um terceiro setor da sociedade que não é público nem é privado. Antes, se inserem nos chamados *Setores Organizados da Sociedade Civil* – passando a prestar serviços sociais às populações, diante das situações de exclusão social, abandono, carência e precariedade na vida social frente também às lacunas deixadas pelo Estado e mediante as fortes pressões contrárias exercidas pelo neoliberalismo. A própria existência de uma entidade em um bairro implica naturalmente, devido à proximidade e conseqüente facilidade de acesso, em uma demanda de caráter reivindicativo por parte da população local.

A localização geográfica de tal entidade explicará, portanto, a questão da demanda, da clientela e do nível de centralidade de seus serviços. Além disso, como mais uma de suas facetas, o fator proximidade cria novos laços sociais importantes que permitem a iniciativa de serviços voltados a consultorias e a assistência técnico-social, ultrapassando, assim, a dimensão da existência corpórea da localização e da produção para penetrar num nível dimensional da existência relacional proposta pela abordagem geográfica.

6 – AS ENTIDADES DO MOVIMENTO SOCIAL NO RECIFE

6.1 – Breve histórico da participação popular no Recife

Recife tem um forte histórico de lutas e mobilização popular, destacando-se entre as demais cidades brasileiras. Seu grande crescimento populacional, proveniente principalmente de um

contingente vindo do interior, não foi correspondido pela oferta de bens de consumo coletivo e também não pôde ser totalmente absorvido pelo mercado de trabalho. Ainda, a organização histórica da cidade e sua apropriação pelas elites locais levaram a um traçado urbano heterogêneo e injusto, propiciando espaços que foram sendo ocupados pela população pobre. O déficit habitacional, ainda hoje, representa uma questão complexa na capital pernambucana.

Tais problemas fazem parte da realidade da cidade desde o começo do século XX, e ainda hoje são em parte responsáveis pela manutenção de um dos maiores índices de desigualdade social do país e pelas nítidas contradições urbanas.

A organização do movimento popular no Recife não é recente, sendo que nas décadas de 1940 e 1950 houve uma intensificação no surgimento de entidades e associações, que, segundo Cézar (1985), não pode ser considerado espontâneo. Momentos políticos e, em especial, durante a campanha e o mandato do prefeito Pelópidas Silveira, em 1955, primeiro prefeito eleito após sessenta anos, a organização popular foi fortemente incentivada, tendo em vista a necessidade do apoio do povo à coligação da Frente do Recife, da qual o prefeito fazia parte, em oposição à maioria na Câmara Municipal de Vereadores.

As associações populares sempre tiveram, como principais reivindicações, a questão da terra e da habitação, equipamentos coletivos e serviços de infraestrutura, ou seja, questões de caráter local. Questões políticas, e a preocupação com problemas mais amplos de desenvolvimento e cidadania, e a articulação com outros movimentos começavam a ter visibilidade e ganharam força na Federação das Associações de Bairro de Pernambuco – FABEP, criada em 1963, da qual associações dos bairros dos Torrões e do Engenho do Meio, foco do presente trabalho, faziam parte.

A gestão seguinte, de Miguel Arraes (1959/1962), manteve os ideais de participação popular, principalmente através do Movimento Cultural Popular (MCP), que, segundo Leal (2003), estimulou o processo organizativo da população, mas significou uma interferência na autonomia dos movimentos, uma vez que várias lideranças acabaram se inserindo na administração do governo.

Em 1964, o então prefeito reeleito Pelópidas Silveira, atendendo as reivindicações das associações, cria o Conselho das Associações de Bairro, fazendo com que o Conselho de Planejamento contenha um representante da FABEP. Tal avanço no processo de participação popular foi interrompido, ainda em 1964, com o golpe militar.

Durante o período correspondente à ditadura militar, o autoritarismo e a repressão fizeram com que poucas entidades fossem criadas, até 1978. Os investimentos eram voltados para grandes obras, e a população carente era tratada a partir de uma visão higienista.

O governo de Gustavo Krause (1979/1982) representou um movimento de retomada à participação popular, com um caráter populista. Em sua administração, juntamente com a seguinte, de Joaquim Francisco, foi criado um grande número de entidades, algumas contra a política do governo local, outras atreladas ao programa da prefeitura.

Após a interrupção dos processos de participação popular na administração municipal, em função da ditadura militar, a primeira gestão de Jarbas Vasconcelos (1986/1989) trouxe um novo instrumento de planejamento, o Programa Prefeitura nos Bairros (PPB). Tal programa visava à participação popular nas tomadas de decisões através de fóruns de entidades do movimento social, cuja organização e legitimação eram estimuladas, a fim de garantir a articulação do governo com a sociedade. O segundo mandato de Jarbas, após a gestão de Joaquim Francisco, manteve o PPB, que, revisado, significou um importante canal de descentralização política. No entanto, segundo Santos (2006), o programa ficou aquém da tentativa de colaborar com a implantação de uma nova cultura política no planejamento e gestão urbanos, fundamentados em espaços que possibilitassem o exercício da democracia direta e participativa.

O prefeito que se seguiu, Roberto Magalhães, manteve a base teórica do PPB, entretanto dentro de uma administração conservadora, oposta ao populismo de Jarbas (SOUZA, 2002 *apud* SANTOS, 2006).

Foi em 2000 que, com a eleição de João Paulo para o governo municipal do Recife, desenhou-se a participação popular através do Orçamento Participativo (OP) tal como existe hoje, salvo algumas alterações metodológicas.

É evidente a importância da luta, tanto pela população como pelos gestores públicos, pela não cristalização de tal modelo como se apresenta hoje, a fim de que se aprimore cada vez mais este instrumento de gestão participativa municipal. Porém, a atual forma do OP deve ser reconhecida como a mais avançada experiência presenciada no Recife, e uma referência não só nacional como também internacional no que tange à democracia participativa.

6.2 – Atual configuração das entidades do movimento social e sua espacialização por Região Político-Administrativa

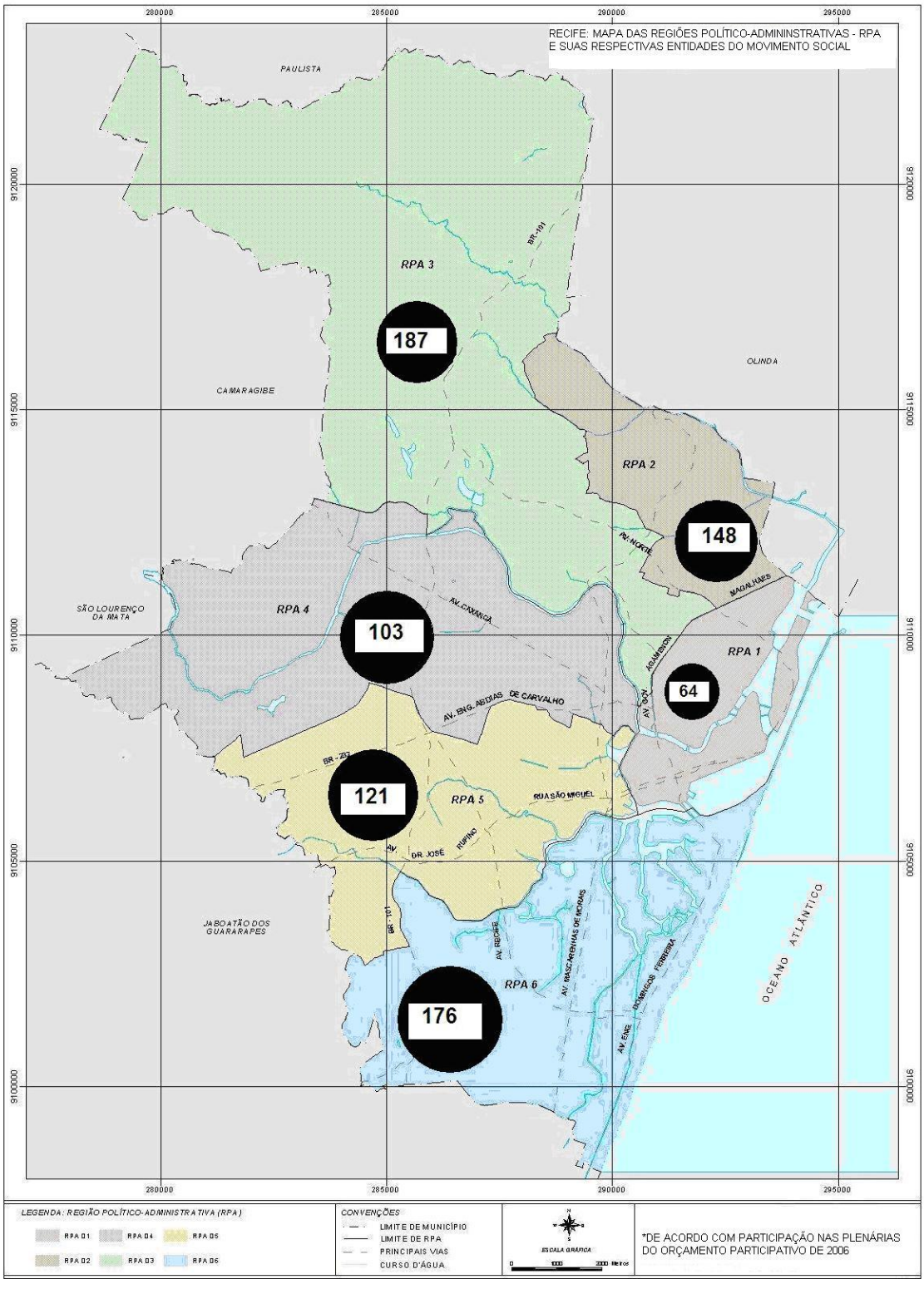
São muitas as entidades do movimento social existentes hoje no Recife, as quais se diferem na tipologia, no conceito, nos interesses, na atuação e no público alvo. A Coordenadoria de Orçamento Participativo e Participação Popular da Prefeitura do Recife sistematiza as participações nas plenárias do ciclo do OP em: organizações clássicas, tradicionais do movimento comunitário – associação de

bairro, grupo de moradores, etc; grupos formados a partir da demanda do OP – aquelas entidades que se organizam em função de um objetivo a ser trabalhado no âmbito do Orçamento Participativo; outras entidades – aquelas ligadas à cultura, organizações religiosas, esportivas, de gênero, instituições assistenciais, estudantis, movimentos políticos, etc; e moradores – que podem participar e votar nas prioridades e nos delegados de sua microrregião sem estar necessariamente ligados a alguma entidade.

Com relação à participação das entidades do movimento social no Orçamento Participativo, nos anos de 2001 a 2006, ou seja, desde a implantação do OP pelo prefeito João Paulo até o ano passado, teve-se um total de 5.374 entidades cadastradas. Em 2006, o total de entidades cadastradas foi de 799, sendo que 298 foram entidades tradicionais do movimento comunitário, representando 37%; 386 foram grupos formados a partir da demanda para o OP, ou seja, 48%; 79 se encaixam na tipologia de outras entidades, somando 10%; e 5% representam a participação de moradores sem vínculo com entidades.

A partir destes dados, foi confeccionada uma figura demonstrando o número total de entidades do movimento social em cada uma das seis Regiões Político-Adminstrativas do município.

6.2.1 Mapa de entidades por RPA



Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005.

Na RPA 1, zona central da cidade, foram cadastradas 64 entidades nas plenárias do OP 2006, sendo 18,75% organizações clássicas; 75% grupos formados a partir da demanda para o OP; 1,56% outras entidades e 4,68% participantes sem vínculo.

Na RPA 2, zona norte, participaram 148 entidades, sendo 32,43% organizações clássicas; 56,75% grupos formados a partir da demanda para o OP; 7,43% outras entidades e 3,37% participantes sem vínculo.

Na RPA 3, zona noroeste, 187 entidades participaram das plenárias, sendo 45,45% organizações clássicas; 40,10% grupos formados a partir da demanda para o OP; 8,02% outras entidades e 6,4% participantes sem vínculo.

Na RPA 4, zona oeste, foram cadastradas 103 entidades, sendo 22,33% organizações clássicas; 53,39% grupos formados a partir da demanda para o OP; 18,44% outras entidades e 5,82% participantes sem vínculo.

Especificamente na microrregião 4.2, objeto de estudo do presente trabalho, a participação foi 27% de organizações clássicas; 46% de grupos formados a partir da demanda para o OP; 19% de outras entidades e 8% de participantes sem vínculo.

Na RPA 5, zona sudoeste, participaram 121 entidades, sendo 33,88% organizações clássicas; 52% grupos formados a partir da demanda para o OP; 12,39% outras entidades e 1,65% participantes sem vínculo.

Na RPA 6, zona sul, 176 entidades foram cadastradas nas plenárias do OP 2006, sendo 50,56% organizações clássicas; 34,65% grupos formados a partir da demanda para o OP; 10,22% outras entidades e 4,54% participantes sem vínculo.

Pode-se inferir que a maior participação de entidades na RPA 3 seja explicada pela extensão territorial de tal Região, a maior do Recife. Porém, a menor RPA em extensão territorial, a RPA 2, contou com uma grande participação relativa, maior por exemplo que na RPA 1 (segunda menor em extensão territorial), na RPA 4 e na RPA 5. Apesar de se fazer necessário um aprofundamento de estudo em cada Região, e em suas microrregiões, pode-se dizer que esta maior participação de entidades nas plenárias do OP evidencia uma maior organização popular.

7 – OS BAIRROS DE TORRÕES E DE ENGENHO DO MEIO

7.1 – Caracterização dos bairros

Inserida na Região Político-Administrativa 4 (RPA 4), a microrregião 4.2 reúne os bairros dos Torrões e do Engenho do Meio e situa-se na zona oeste do Recife, a 7,5 km de distância do marco zero

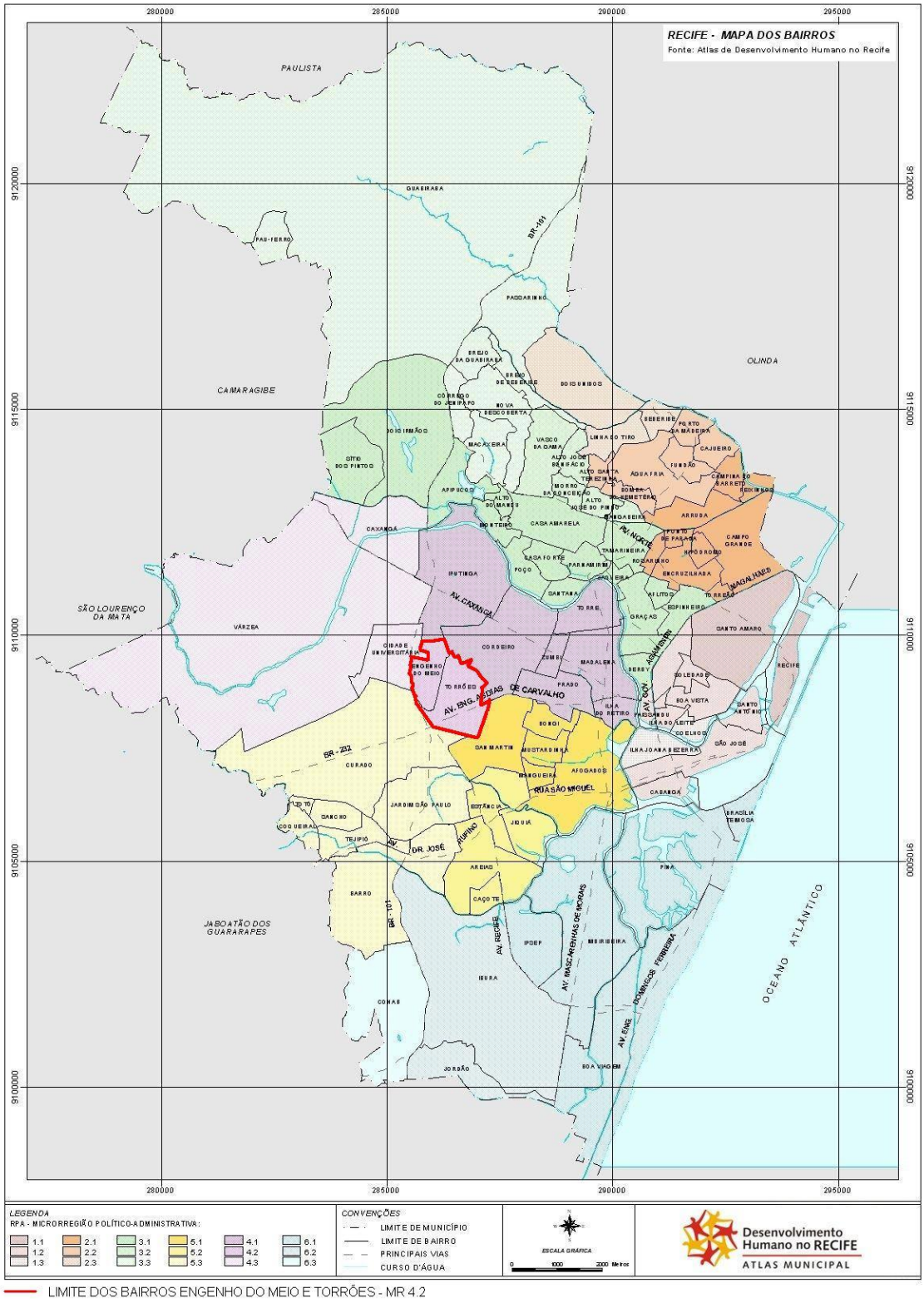
da cidade. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, possui uma área de 2,5 km² e um perímetro de 7,6 km, se constituindo na segunda menor das dezoito microrregiões. Com uma população de 40.070 habitantes, a densidade demográfica é de 15.900,8 hab/km², apresentando também baixa densidade construtiva (dados de 2000). Do total de habitantes, mais de 70% moram em ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social – e outras áreas pobres, sendo que duas ZEIS estão localizadas nos Torrões (ZEIS Torrões, que engloba as comunidades Asa Branca, Malvinas, Rei do Gado, Roda de Fogo, Sítio das Palmeiras, Torrões e Vila da Paz, e ZEIS Vietnã, que engloba a comunidade Vietnã) e uma no Engenho do Meio (ZEIS Vila Redenção, que engloba a comunidade Vila Redenção).

O bairro dos Torrões limita-se com os bairros Cordeiro ao norte; Curado ao sul; San Martin e Cordeiro a leste; e Engenho do Meio a oeste. Possui loteamentos residenciais e assentamentos populares, sendo que a predominância é de famílias de baixa renda, com infra-estrutura precária e grande quantidade de áreas de ocupação irregular.

O bairro do Engenho do Meio limita-se com os bairros Iputinga ao norte; Curado e Torrões ao sul; Torrões e Cordeiro a leste; e Cidade Universitária a oeste. Predominam casas unifamiliares de padrão médio, porém a infra-estrutura, assim como nos Torrões, não apresenta boas condições.

A microrregião 4.2 está situada próxima a grandes equipamentos (SUDENE, CHESF, SEASA, UFPE), entretanto, em toda a região, especialmente nos Torrões, nas comunidades Roda de Fogo e Vietnã, as estruturas de drenagem são precárias, constituindo uma importante demanda do Orçamento Participativo.

7.1.1 – Mapa de localização dos bairros



Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005.

7.2 – As entidades do movimento social na microrregião 4.2

As entidades do movimento social existentes na microrregião 4.2, possuem dados singulares em relação às demais entidades do Recife, devido à formação dos bairros e à história de atuação das entidades.

No cadastro do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, integrante da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Recife, constam oito entidades localizadas nesta microrregião, com seus respectivos endereços e telefones. Todas são cadastradas em cartório, com objetivos variados. Com os dados obtidos na pesquisa, pode-se perceber que a partir do momento em que a sociedade civil se organiza em uma entidade, trabalhando em conjunto com o poder público, resultados interessantes são observados.

A Comissão de Saúde Independente de Roda de Fogo – COSIROF – localizada na comunidade Roda de Fogo, no bairro dos Torrões, constitui-se um caso interessante. É importante ressaltar a peculiaridade desta comunidade, que, embora esteja inserida dentro dos limites territoriais do bairro, não mantém relações com o restante, e sua população não compartilha de um sentimento de identificação com os Torrões. Situações como esta existem em função do processo de ocupação das áreas – e o processo da ocupação de Roda de Fogo foi bem marcante – e são dificilmente trabalhadas nos processos de divisão e delimitação territorial do município. A última revisão, no início da década de 90, tentou solucionar este impasse, mas, neste caso, não conseguiu solucionar. Assim, apesar de não manter relações de comércio ou emprego com o bairro dos Torrões, a comunidade Roda de Fogo continua sendo integrante desta unidade territorial.

A COSIROF se formou na década de 80 e foi responsável por diversas reivindicações perante o poder público. Seu papel inicial estava ligado à busca pela melhoria de qualidade de vida da população através da saúde, após ter lutado pela construção de moradias e infra-estrutura urbana no processo de ocupação – não no mesmo formato como a entidade se apresenta hoje, mas os mesmo integrantes, atuantes ao longo de todo o processo. A atenção pela saúde não se restringia a atendimento em postos de saúde, tratamento de doentes etc., mas sim todo o trabalho de prevenção e educação.

A articulação com o poder público, cedendo o espaço onde foi finalmente construído um posto de saúde pela prefeitura, representou uma conquista, mas ao mesmo tempo é questionada por membros da entidade. De um ponto de vista, a maioria dos programas sociais de governo adotadas nestes casos tem como objetivo manter a ordem vigente, e não formar cidadãos conscientes de seus direitos. Assim, o papel desempenhado pela entidade se torna meramente assistencialista.

Em situação parecida se encontram as outras entidades da microrregião 4.2, com parcerias com a prefeitura, às vezes cedendo espaço para programas, que passa a ser usado e controlado pelos

gestores públicos, e tendo que alterar princípios e opiniões para que consigam se manter como instituições, tendo em vista a dificuldade de obtenção de recursos para suprir os gastos.

Ainda, pôde ser observada na pesquisa a dificuldade de manutenção e continuidade de projetos conseguidos através de reivindicações, pela falta de estrutura das entidades.

A Associação dos Deficientes Motores, localizada no bairro do Engenho do Meio, apesar de ser uma entidade municipal, ou seja, é sua atuação não se restringe à microrregião, mas sim a toda a cidade, tem um importante papel com a população deficiente do Recife. Entre algumas realizações, podemos citar a inclusão e preparação de pessoas com deficiência para se tornarem atletas, que já participaram de olimpíadas e recentemente do PARAPAN, no Rio de Janeiro.

A entidade Movimento de Transformação Integral dos Valores Humanos, localizada nos Torrões, possui um programa de alfabetização de jovens e adultos e um programa em parceria com o banco de alimentos do CEASA, buscando ensinar a população a reaproveitar melhor os alimentos.

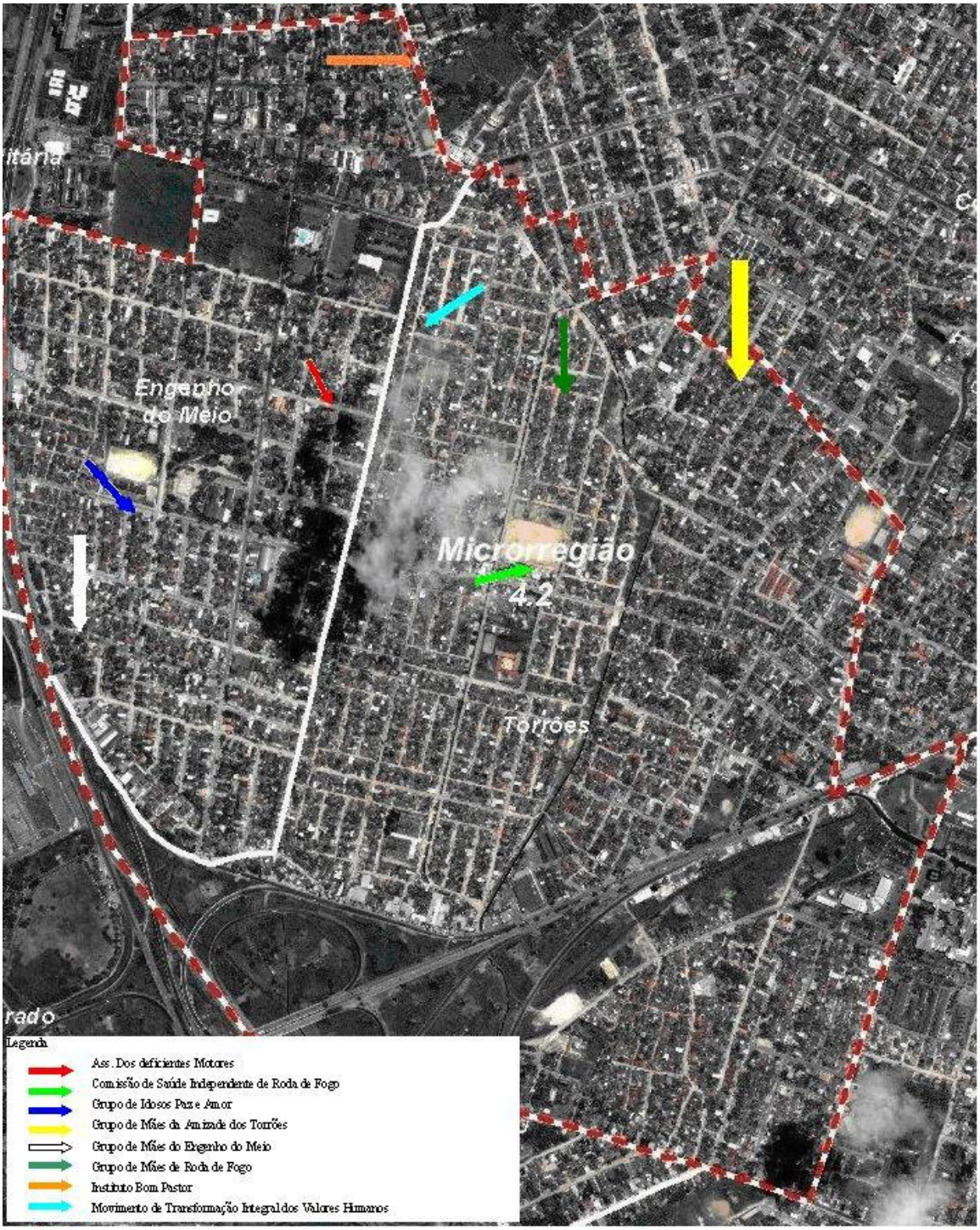
O Instituto Bom Pastor, localizado no Engenho do Meio, está ligado à Colônia Penal Feminina Bom Pastor, e realiza um trabalho com as presidiárias e seus familiares. Entretanto, os dados levantados em relação a esta entidade não foram suficientemente esclarecedores para uma caracterização mais profunda de sua atuação.

Duas entidades, o Grupo de Mães dos Torrões e o Grupo de Mães do Engenho do Meio, apesar de registradas no CMAS, não existem de fato, ou seja, não têm atuação real na sociedade. Seus dados – endereço e telefone – constantes no cadastro estão incorretos, e não são mais reconhecidas pelas comunidades como entidades atuantes.

As outras duas entidades, o Grupo de Idosos Paz e Amor e o Grupo de Mães da Amizade dos Torrões, se restringem a uma atuação pontual, em caráter de servir ao público alvo com entretenimento, não representando um papel de real transformação social de população.

Assim, foi possível concluir que as entidades têm um papel importante quanto à organização popular, sendo fundamental na reivindicação de serviços de interesse coletivo, e na luta constante pela dignidade de uma comunidade. No entanto, a forma pela qual esta luta se dá acontece de diferentes maneiras, com ou sem a atuação do Estado. E ainda, a fiscalização e persistência em torno de um objetivo comum deve ser um ponto central nas entidades, o que em muitos casos não é verdadeiro.

7.2.1 – Mapa de localização das entidades



Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005.

8 – CONSIDERAÇÕES

Há certa dificuldade em classificar os serviços prestados pelas entidades do movimento social, em função tanto da sua diversidade, como pela complexidade dos interesses detectados na pesquisa. As tipologias quanto à natureza filosófica dos serviços, de interesse social e de interesse econômico (CASTILHO, 1998) podem ser utilizadas de maneira adaptada, uma vez que tais serviços não se encaixam puramente em nenhuma delas. Aparentemente, no momento em que as entidades se articulam com a comunidade, apresentam um caráter social, e no momento em que se articulam com o poder público, o caráter apresentado não é econômico, mas, pode-se dizer, em muitos casos reflete um interesse puramente eleitoral.

Segundo os dados obtidos na pesquisa, entidades como, por exemplo, a COSIROF, localizada na comunidade Roda de Fogo, nos Torrões, prestam serviços de natureza social (educação, capacitação), no entanto, com os programas oferecidos através da prefeitura (Agente Jovem, PET, etc.) têm hoje um papel assistencialista, não atendendo mais a necessidade, inicial, de promover a transformação social da comunidade.

Desta forma, é interessante questionar a natureza dos serviços que se espera que sejam ofertados por entidades comunitárias, e confirmados pela pesquisa realizada. O caráter filantrópico e o caráter eleitoral se encontram por trás de uma imagem de assistência social.

É importante salientar as divergências entre os dados oficiais e a realidade observada em campo. Muitas vezes, como pôde ser constatado na pesquisa, o cadastramento de entidades não condiz com sua real atuação. Algumas entidades, como o Grupo de Mães de Roda de Fogo, constam no cadastro oficial e atualizado do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, com endereço e telefone, e, no entanto, não existem de fato, ou seja, nem há mais um espaço físico próprio, e nem tampouco representam algo, e oferecem serviços, para a comunidade.

Há que se pensar no que significa esta disparidade de informações. O cadastro, e a existência cartorial de uma entidade servem a quais propósitos? Ainda, qual a função de uma entidade que existe enquanto instituição, porém não cumpre um papel de atender à demanda popular? E mesmo aquelas que não estão cadastradas em órgãos oficiais, mas servem como instrumentos de apoio às lideranças comunitárias, muitas vezes ligadas a políticos?

Assim, a presente pesquisa não se encerra em si mesma, abrindo espaço para um campo de debates e estudos acerca da função das entidades do movimento popular e seu papel enquanto reivindicadoras de serviços junto ao poder público.

9 – REFERÊNCIAS

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **As Atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano:** uma "nova" perspectiva para a análise geográfica? In: Revista de Geografia. Recife, vol. 14, n.1/2, p.29-89, jan./dez. 1998.

CÉZAR, Maria do Céu. **As Organizações Populares do Recife:** trajetória e articulação política (1955-1964). In: Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.1, n.2, p. 161-182, jul./dez., 1985.

LEAL, Suely. **Fetiche da Participação Popular:** novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife. Recife: Ed. do Autor, 2003.

Prefeitura do Recife – Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental – Coordenadoria de Orçamento Participativo e Participação Popular. **Relação de tipologias de entidades cadastradas nas plenárias regionais (2001 X 2006).**

Prefeitura do Recife, Ministério da Integração Nacional – Governo Federal, Fundação João Pinheiro – Governo de Minas Gerais, PNUD. **Desenvolvimento Humano no Recife – Atlas Municipal.** Recife, 2005.

SANTOS, Rodrigo Callou da Silva. **Orçamento Participativo do Recife:** um instrumento de gestão participativa da cidade. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Monografia de Graduação.